

A POBREZA E OS PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MARROCOS

Abderrazak Belhaj*

RESUMO: Este trabalho aborda a questão da pobreza e os problemas do desenvolvimento econômico do Marrocos, ou de qualquer outro país, impõem uma série de interrogações a fim de situar o conceito de pobreza e de desenvolvimento. Analisa a pobreza como um fenômeno complexo no terceiro mundo e em Marrocos. As políticas para a sua erradicação e o seu perfil geraram críticas sobre a eficácia da ação pública tanto em nível local com central. Apresenta a ação da sociedade civil organizada como um fator de sucesso na luta contra a marginalização e na melhoria das condições sociais. A lição do Marrocos é que a luta contra a pobreza passa primeiro pela coesão social e pela boa governança participativa.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza, desenvolvimento econômico, Marrocos.

THE POORNESS AND THE PROBLEMS OF SOCIAL DEVELOPMENT OF MOROCCO

ABSTRACT: This search approach the question of poorness and the problem of economic development of Morocco or any other country, impose any interrogation about the concept of poorness and development. Analyze the poorness as complex phenomenon in third world and in Morocco. The politic for its eradication and its profile create critique about the efficiency of public action as place level as central. Present action of civilian society organizes as factor of success in fight against the marginalization and advance of social condition. The lesson of Morocco is that the fight against the poorness passes first for the social cohesion and for good government participative.

KEY WORDS: Poorness, economic development, Morocco.

1. Introdução

Abordar a questão da pobreza e os problemas do desenvolvimento econômico do Marrocos, ou de qualquer outro país do globo, impõe uma série de interrogações a fim de situar o conceito de pobreza e de desenvolvimento.

¹ Tradução não revisada pelo autor. Versão em português do original em francês: Jandir Ferrera de Lima, Ph.D. pela Université du Québec à Chicoutimi (UQAC). Professor do Colegiado de Economia da UNIOESTE/Campus de Toledo. e-mail jandir@unioeste.br

* Docteur en Sciences Humaines de l'Université de Poitiers- France, PhD Candidate en développement régional, Université de Québec à Chicoutimi (UQAC) courriel : abderrazak2402@yahoo.fr

Historicamente, esses conceitos têm suas origens na ética social¹, que é parte integrante da filosofia política. A pobreza é inaceitável em todos os tipos de sociedade, por isso, erradicar a injustiça social é uma busca da equidade social. “A busca por uma sociedade justa é de fato a busca por uma certa forma de equidade para os membros dessa sociedade, uma posição de igualdade definida pela igualdade de todos os seus membros em relação a certas coisas a serem precisadas”.²

Porém, sob que referência e a partir de qual desigualdade poderá ser analisada a pobreza e qual a principal referência para essa análise? É possível designar-se como referência o espaço de residência dos indivíduos, como sendo um espaço de igualdade onde eles podem ascender com toda liberdade e sem restrições à sua segurança alimentar, em qualidade e quantidade, com a renda suficiente para satisfazer suas necessidades nutritivas e, em consequência, ter acesso ao trabalho, à educação e às necessidades de saúde.

No plano filosófico e ético, teoricamente, a pobreza deverá ser abolida, mas a realidade está longe de ser alcançada. A situação da pobreza agrava-se no mundo todo e, nos últimos 40 anos, há quase 2 bilhões de pessoas na pobreza absoluta, segundo informações do Banco Mundial.

No Marrocos, a situação da pobreza é semelhante à de todos os países em desenvolvimento, isto é, a pobreza tem o mesmo aspecto em todos os lugares.

Por isso, neste ensaio serão analisados certos aspectos da pobreza no Marrocos que também são uma referência para outros países e regiões do globo. Serão analisadas questões sobre o perfil dos pobres, a situação da pobreza, o debate nacional em torno desta temática, a relação entre governança e pobreza, dentre outras questões. Serão utilizadas estatísticas nacionais para melhor expor e analisar a situação.

2. Os Pobres no Marrocos : uma Constatação

2.1 – O perfil da Pobreza

Para saber sobre a pobreza é necessário interpretá-la em relação à justiça social. No Marrocos, procede-se como em outros países do mundo para a determinação das variações do fator pobreza: segundo os grupos profissionais, sociais, étnicos, por regiões e por faixas etárias³. Uma pessoa ou um grupo será qualificado pobre quando seu poder de compra se acha abaixo

¹ Louis Marie ASSELIN ; Anyck DAUPHIN, « Mesure de la pauvreté : un cadre conceptuel »

² Idem p. 2

³ Direction de la Statistique Maroc (1998) , programme de priorités sociales (BAJ1) Priorités sociales nationales : pluralité et différenciation spatiale

daquele determinado pelos *experts* como o mínimo necessário para satisfazer as necessidades primárias⁴. Para isso, são analisadas as necessidades fundamentais de cada indivíduo, do grupo familiar⁵ e o grau de satisfação com um coeficiente para adequá-los às percepções da comunidade analisada⁶. Entretanto, é correto afirmar que as metodologias para medir a pobreza, tanto no Marrocos como no mundo, possibilitam informações bem limitadas, o que deixa claro que existem diversos tipos de pobreza. Pode-se citar quanto a isso que :

- as necessidades calóricas são variáveis entre as populações rurais e urbanas, bem como a acessibilidade ao alimento, que variam de acordo com as regiões (regiões acessíveis aos transportes e outras facilidades);
- acessibilidade à educação, à saúde, à água potável.

2.2 - A Situação da Pobreza em Marrocos

Observando-se os números da evolução da taxa de mortalidade infantil (tabela1), que compõe o indicador do desenvolvimento humano (IDH) em Marrocos, constata-se que o país fez muitos progressos e a condição humana melhorou claramente nos últimos trinta anos.

TABELA 1 - Evolução das Taxas de Mortalidade Infantil %°

Ano	Meninos	Meninas	Total
1962	-	-	149.0
1975-1979	91.0	91.0	91.0
1977-1986	83.4	81.4	82.4
1982-1986	76.0	70.5	73.3
1987	81.4	69.8	75.7
1992-1997	-	-	36.6

Fonte : CERED Maroc (2000)

A mortalidade infantil, assim como algumas das grandes questões da pobreza (segurança alimentar, saúde) estão sendo remediadas. Tanto que as

⁴ ATER EL AYNAOUI Jean Philippe, « Pauvreté et stratification du marché du travail au Maroc : éléments d'analyse » Centre d'Économie du Développement, Université Montesquieu Bordeaux IV, p 16

⁵ Selon la Direction de la Statistique du Maroc, le seuil de la pauvreté, mesuré par la dépense minimale à la satisfaction des besoins alimentaires, il a été estimé lors de l'enquête nationale sur le niveau de vie des ménages réalisée en 1998/1999 à 1962 dirhams par personne et par an en milieu urbain, et à 1878 dirham en milieu rural. Ces montants sont majorés de dépenses non alimentaires pour donner 3929 dirham en milieu urbain et 3037 dirham en zone rurale

1 dollar Canadien = 7.5 dirham

⁶ ATER EL AYNAOUI J. P. p 16

condições de saúde melhoraram, a taxa de mortalidades infantil reduziu-se, a esperança de vida ao nascimento aumentou e o analfabetismo recuou. No entanto, não é necessário confiar-se exatamente nestes números, porque é necessário mais esforço para preencher as insuficiências do desenvolvimento no plano humano.

TABELA 2 - Evolução da População Pobre e da Taxa de Pobreza no Marrocos

Local de residência	Limiar da pobreza na moeda local (dirham)	População de pobres em milhares	Taxa de Pobreza em %
1984/1985			
Urbano	1966	1300	13.8
Rural	1760	3300	26.7
Total	-	4600	21.1
1990/1991			
Urbano	2725	912	7.6
Rural	2439	2448	18.0
Total	-	3360	13.1
1998/1999			
Urbano	3922	1814	12.0
Rural	3037	3496	27.2
Total	-	5310	19.0

Fonte : Direction de la Statistique Maroc

A partir da Tabela 2, deduz-se que a pobreza em Marrocos é um fenómeno desigual, de acordo com a expressão de um estatístico marroquino⁷. Este fenómeno não cessa de tomar amplitude nas campanhas em relação aos centros urbanos. Os números estão lá para comentar a situação, ou seja, 3,5 milhões de indivíduos pobres nas áreas rurais sobre um total de 5,3 de pessoas pobres em escala nacional⁸.

3. Marginalização e exclusão.

De acordo com o governo marroquino, o país deve responder a imperativos de ordem interna e externa. Com isso, as prioridades das políticas públicas e do compromisso governamental seria o desenvolvimento social, a promoção do emprego, a redução da dívida externa, a modernização do sistema produtivo e o aprofundamento das reformas nos domínios do ensino, da formação, da administração. Diagnóstico feito, dá-se conta que o Marrocos é

⁷ EL KADIRI Nacer, « Education, pauvreté et développement rural au Maroc »

⁸ si on se réfère à la définition de la pauvreté du Programme des Nations Unies pour le Développement (PNUD), on va se retrouver avec 40% de pauvres au Maroc au lieu de 19 % déclaré et recensé à partir des normes nationales en vigueur, et ce pour une population de 28 millions d'individus.

pobre e doente. Um país onde tudo está por fazer. Os planos são elaborados a fim de fazer sair a economia da estagnação e de criar uma nova sociedade igualitária, em que as disparidades atuais entre as classes sociais e os espaços geográficos sejam reduzidos. Contudo, este bonito discurso político não pode dissimular os fatos. Na realidade, o Estado providência, do qual falam alguns, nunca existiu⁹, e a maioria dos marroquinos encontra-se entregue a si mesmo. Como resultado, uma grande proporção da população vive uma condição de vida degradada ou mesmo inumana, em certos lugares.

TABELA 3 - Taxa (%) de pobreza segundo as regiões econômicas e o local de residência para o ano 1990/91

Regiões econômicas*	Urbano	Rural	Total da região
Sul	4.50	24.83	18.63
Litoral	9.48	19.60	16.63
Centro	8.42	9.57	8.88
Noroeste	5.40	11.96	8.35
Centro Norte	7.83	22.79	17.64
Oriental	10.07	22.68	16.50
Centro Sul	8.52	24.77	17.34
Total	7.57	17.99	13.11

*Antiga classificação administrativa do Marrocos.

Fonte : Direction de la Statistique Maroc

Para ilustrar ligeiramente o que foi escrito, pode-se imaginar a situação de dois elementos particulares da pobreza : o analfabetismo e a educação.

Não há como demonstrar, no relatório da pobreza, o analfabetismo, porque as populações mais necessitadas são, com efeito, as iletradas. Nesse caso, a dinâmica do mundo atual coloca os pobres em uma situação circular de pobreza devido às grandes mutações econômicas e tecnológicas do mundo, onde a capitalização passou de um sistema baseado nos recursos naturais e da mão-de-obra barata, a um sistema que põe como elemento principal o saber e a informação. Com isso, as camadas mais pobres somente sairão da sua situação de pobreza com a escolarização. A falta da escolarização deixa-los-á mais pobres. Mais pobres, as pessoas terão menos acesso à educação, porque, no caso marroquino, o acesso ao saber permitirá às pessoas pobres uma boa compreensão dos dinamismos e processos dos quais elas fazem parte. Até mesmo do seu poder político de mudança e transformação da sociedade.

⁹ AL BAYANE ; quotidien marocain, du 20 octobre 1998

Tabela 4 : Taxa de analfabetismo segundo o local de residência –1960-1999

Local	1960	1971	1982	1994	1998/99
Urbano	73	54	44	37	32
Rural	72	87	82	75	66

Fonte : CERED Maroc (2000)

Em matéria de alfabetização, o Marrocos encontra-se em uma situação muito específica: de um lado, realizaram-se progressos imensos na matéria, mas permaneceu-se sempre com a taxa de iletrados mais elevada do mundo. Por outro lado, o desequilíbrio é flagrante entre a cidade e a zona rural, em matéria de acesso à educação, em proveito da cidade.

TABELA 5 - Taxa de escolarização (em %) das crianças entre 8 a 13 anos por sexo e local de residência para os anos 1982 e 1994.

	Urbano		Rural		Nacional	
	1982	1994	1982	1994	1982	1994
Masculino	82.0	87.5	49.4	59.6	62.4	72.4
Feminino	74.1	80.4	23.2	26.6	44.3	51.7
Total	78.1	83.9	36.8	43.4	53.5	62.2

Fonte : Direction de la Statistique.

De acordo com os resultados da Pesquisa Nacional sobre o Nível de Vida das Famílias, no período 1998/1999, mais de 26% das crianças rurais nunca estiveram na escola, contra 3,3% das crianças urbanas. A falta dos meios financeiros, inacessibilidade das escolas, por diferentes razões, e a inexistência das escolas são as causas geralmente evocadas pelos não escolarizados nas áreas rurais. Este fenômeno explica a marginalização no meio rural e até mesmo a negligência deste meio pelos programas governamentais e confirma a ruína econômica e social do Estado como promotor do desenvolvimento humano.

4. Governança e pobreza no Marrocos.

4.1 O debate

“Não, não é um erro. Um marroquino é considerado bonito e bem colocado quando ele gasta mais de 939 dirhams por mês, e tudo é relativo. A prova: somente 8,5% dentre eles são contabilizados nessa categoria. A grande maioria, (86,1%), gasta 209 a 501 dirhams por mês. Estes números são tudo o que há de mais sério e oficial, dados que provêm de um estudo do Ministério da População”¹⁰.

¹⁰ La vie économique, hebdomadaire marocain, n° 3916 du 02 mai 1997

Este é o fragmento de um processo que causou polêmica na opinião pública marroquina durante várias semanas e que levantou o debate sobre realidades alarmantes. Realidades, cujos dados o governo do país tentou maquiagem, por meio de discursos, a fim de aliviar a tempestade provocada pelo relatório sobre a pobreza nacional pela imprensa nacional. De acordo com o mesmo estudo, 13,1% dos marroquinos não se alimentam direito, enquanto 8,5% são considerados como de « vida fácil », e é precisamente esta categoria que gasta 939 dirhams ou mais por mês.

Em relação a estes números, o governo marroquino tentou retomar as discussões desconsiderando os números da pesquisa sobre a pobreza. O ministro da população comentou que os resultados da pesquisa foram mal intencionados e mal interpretados, para sublinhar que há no Marrocos “pobres que vivem bem e ricos que vivem mal”¹¹. As suas despesas não refletem realmente o seu nível de riqueza “¹², mas a ironia não pára neste nível, porque o responsável marroquino divertiu-se ao comparar a pobreza que reina localmente a certas marginalizações e exclusões no plano internacional, num espírito de banalização da calamidade, e, por conseguinte, torná-la um fato aceitável”¹³.

Este debate, que qualificamos de útil, permitiu a emergência de uma situação de “conflito” entre os objetivos macro-econômicos do país e os problemas sociais. A pesquisa revelou-nos dados mais do que alarmantes e eles são importantes porque revelam que o estado de conflito é perceptível no campo da:

- política urbana e do habitat clandestino (insalubre);
- política da educação e da qualidade dos programas ensinados;
- política alimentar e da seleção das populações em necessidade;
- do emprego e da empregabilidade;
- política salarial.

Este debate demonstrou outra vez a crise do Estado no que diz respeito à gestão dos conflitos, e em vez ir em frente, certos políticos optaram pelo caminho mais simples de encarar o problema: a demagogia. No entanto, este discurso não impediu a sociedade civil¹⁴ de levantar a pergunta com o objectivo de superar a crise e responder à grande problemática de um Estado que não é capaz de gerir eficazmente os conflitos e deve desaparecer.

¹¹ La vie économique, n° 3918 du 16 mai 1997

¹² Idem

¹³ Selon le Ministre de la Population, « 20 % de la population mondiale souffrent de marginalisation et d'exclusion. Aux Etats Unis, 14 % de la population sont classés au dessous du seuil de la pauvreté fixé par l'O.N.U, soit quelques 40 millions d'individus.

En France, 15 % de la population peut être considérée comme pauvre. Au Maroc, cette proportion atteint 13 % », voir La Vie Economique du 16 mai 1997

¹⁴ Séminaire sur le nouveau rôle de l'Etat dans la bonne gouvernance, octobre 1999, rabat Maroc

¹⁵ Rapport de la Banque Mondiale, 1997.

De acordo com os juristas¹⁵, o Estado é necessário e deve ser eficaz, por isso não se pode negligenciar seu papel dado que é ou, pelo menos deve ser o eixo da construção social nos países em desenvolvimento. Porque “se o Estado é necessário, então ele é duas vezes necessário para nós, nos países em vias de desenvolvimento, particularmente, nesta fase de transição e de mutação”¹⁶. De acordo com Ali Sedjari, o Estado é necessário porque:

- nenhuma instituição poderia substituir o Estado nas suas funções sociais, econômicas e prospectivas;
- a crise da administração pública, em nível fiscal e de centralização não se concretiza como uma crise de governabilidade. Talvez, o Estado não seja capaz de administrar, sozinho, as mudanças sociais, mas o problema talvez esteja somente em relação à centralização de suas atividades. Em nível local, o Estado tem um papel determinante no fortalecimento da coesão social. É o estado que deve tomar as primeiras medidas para corrigir as desigualdades sociais entre o meio rural e o urbano e entre as diferentes classes sociais¹⁷.

E isso só será possível graças à ação de uma governança local e participativa.

4.2 A Governança no Marrocos : Uma abordagem para conter a pobreza.

A governança é um processo para todos os constituintes de uma sociedade, para cidadãos e grupos, por meio da qual podem fazer valer os seus direitos, regularem conflitos e assumirem as suas obrigações. É, por conseguinte, um processo institucional e representativo. Sustenta-se também sobre a participação, a transparência na gestão dos negócios, a equidade e a primazia do direito.

No Marrocos, a governança foi estabelecida em uma situação de mutação social permitindo, dentre outras coisas:

- a reinvenção dos comportamentos na gestão dos agentes econômicos e sociais: empresas públicas e privadas, coletividades locais, associações comunitárias, etc... ;
- a responsabilidade e o engajamento de todos os agentes.

Isto no plano teórico, pois as “realidades” do Marrocos são muito complexas. As disparidades entre o Marrocos útil e o inútil mostram-se a duas velocidades: a visão colonialista que tomou forma desde 1912 até 1956, ano da

¹⁶ Ali SEDJARI, « Le nouveau rôle de l’Etat et la promotion de la régionalisation, de la décentralisation et de la déconcentration », séminaire sur le nouveau rôle de l’Etat dans la bonne gouvernance, octobre 1999, rabat Maroc.

¹⁷ Idem

independência do país, está ancorada, ainda, no espírito dos agentes econômicos nacionais, públicos e privados. E, em vez preencher os desvios herdados, constata-se que a situação agravou-se o que gerou situações sociais muito específicas: pobreza, marginalização, exclusão, etc... e os dois Marrocos são transformados em quatro Marrocos a várias velocidades:

- um Marrocos rural e pobre ;
- um Marrocos da periferia urbana, pobre e dividido entre os hábitos rurais e urbanos;
- um Marrocos das pequenas e médias cidades;
- e, enfim, o Marrocos urbano e rico, das grandes cidades, que produzem mais de 90% do Produto Interno Bruto (PIB). Este é um Marrocos moderno, com hábitos ocidentais e com novas tecnologias. No entanto, no interior desse Marrocos rico, as disparidades sociais são importantes, e a pobreza bate à porta, em particular, devido à pobreza vinda das áreas rurais.

Assim, nota-se que o Marrocos está doente e seu mal é a pobreza, a marginalização e a delinquência local. Para curá-lo, a boa governança não é mais uma escolha de prestígio ou modismo, mas uma condição para o desenvolvimento local. Entretanto, é preciso admitir que os problemas orçamentários do Estado e das coletividades locais são um fator que restringe a ação das políticas públicas. Por isso, a ação das Organizações não Governamentais (ONGs) são sempre bem-vindas.

4.3 A Ação Comunitária.

A ação comunitária começou no Marrocos em certas regiões desfavorecidas do Sul antes de espalhar-se sobre a totalidade do território. Essa ação é o reflexo do trabalho das associações locais, que fixaram como missão o desenvolvimento local, principalmente, o ensino, a alfabetização, o desenvolvimento da agricultura, a proteção do meio ambiente, o saneamento, o abastecimento de água potável, a promoção da condição feminina e a saúde, etc..

A implantação das Organizações não Governamentais (ONGs) permitiu a tomada de consciência pelas populações da importância das suas participações para levar a efeito as experiências de desenvolvimento local integrado. A parceria entre associações locais, internacionais e governo foi frutificante. Os exemplos são muito numerosos. Contudo, apresentaremos uma experiência realizada por um ONG francesa “Migrações e Desenvolvimento Local” (MDL), com parceiros marroquinos, que optou por projetos da área de economia social, em uma centena de aldeias nas regiões do Haut Atlas et Anti-Atlas.

Na sua intervenção, o MDL considera as comunidades pobres em equipamentos sociais e infra-estruturas, mas ricas com as suas idéias e o seu

“knowhow”, resumidamente, rico em capital social. É por isso que a abordagem participativa para esta ONG continua atual. Consequentemente, não propõe projetos para as comunidades, objeto das suas intervenções, mas assiste-as no esclarecimento das suas necessidades trazendo-lhes a sua avaliação. Dessa forma, o MDL incita as comunidades a organizarem-se em associações com o propósito de gestão e transparência, a fim de garantir a viabilidade de todos os projetos. O aporte financeiro da comunidade corresponde a 40%, para assegurar o interesse local nos projetos e assegurar a implicação dos mutuários de fundos.

Um exemplo da intervenção de MDL, em parceria com as associações comunitárias e com os serviços do Estado, foi na localidade de Ait Iktel, uma comunidade de dois mil habitantes, situada na região do Haouz.

Os dados demográficos dessa localidade, em 1997, fornecidos por um estudo do PNUD revelavam que :

- a taxa de analfabetismo era de 81 % ;
- a taxa de saneamento básico, ligações de água potável e eletricidade , 0 % ;
- taxa de escolarização de 40 % ;
- taxa de recapeamento asfáltico das estradas de 0 % ;
- havia um único reservatório de água (somente 2 % da população residia a menos de 6 km do reservatório).

A intervenção do MDL com os parceiros locais permitiu que, em dois anos, a obtenção de resultados fosse espetacular. Em 2000 havia:

- taxa de ligações de água potável e eletricidade de 100% ;
- todas as crianças e adolescentes vacinados;
- mais de 85 % das meninas entre 4 e 19 anos são escolarizadas ou freqüentam cursos de alfabetização;
- erradicação da mortalidade das jovens mães ;
- a localidade dispõe de um espaço cultural e social, que é um espaço raro, mesmo nas cidades médias.

Evocar esta experiência baseada no desenvolvimento local integrado pode servir de lição para os diferentes agentes da sociedade local, pois, para erradicar a pobreza é necessário a ação conjunta da sociedade. Essa ação conjunta porá em ação a riqueza das suas potencialidades.

5. Conclusão

A pobreza é um fenômeno complexo no terceiro mundo e em Marrocos. As políticas para sua erradicação e o seu perfil geraram críticas sobre a eficácia da ação pública tanto em nível local como central. As necessidades da população em alimentação, saúde, educação, etc... não pôde ser atingido, o que pôs a sociedade local na frente de uma situação de desequilíbrio total. Mas, a

ação da sociedade civil organizada está sendo um fator de sucesso na luta contra a marginalização e na melhoria das condições sociais.

A abertura da sociedade civil e das instâncias governamentais, nos últimos anos, sobre o mundo e a adesão de todos os componentes da sociedade à democracia participativa permitiu a regulação de diversos problemas sociais com relação à pobreza. Isso demonstrou que a implicação de todas as instâncias é importante, mas a implicação das coletividades locais é mais ainda, principalmente, do seu desejo de melhorar a qualidade de vida. A lição do Marrocos é que a luta contra a pobreza passa primeiro pela coesão social e pela boa governança participativa.

6 – Referências

AL BAYANE ; Quotidien Marocain, du 20 octobre 1998. Disponível em: <http://www.albayane.ma/archive.asp>. Último acesso em março 2003.

ASSELIN , L. M.; DAUPHIN, A. **Mesure de la pauvreté : un cadre conceptuel**

ATER EL AYNAOUI, J. P. **Pauvreté et stratification du marché du travail au Maroc: éléments d'analyse.** Bordeaux, Centre d'Économie du Développement, Université MontesquieuBordeaux IV.

BANQUE MONDIALE, **Rapport de la Banque Mondiale**, Washington (DC), BIRD, 1997.

DIRECTION DE LA STATISTIQUE MAROC **Programme de priorités sociales (BAJ1)** Priorités sociales nationales : pluralité et différenciation spatiale, Gouvernement du Maroc, Maroc, 1998.

EL KADIRI Nacer, **Éducation, pauvreté et développement rural au Maroc**, Washington (DC), BIRD, 2000.

La Vie Économique, Hebdomadaire Marocain, Rabat, Marrocos, n° 3916, 02 mai 1997

La Vie Économique, Hebdomadaire Marocain, Rabat Marrocos, n° 3918, 16 mai 1997

SEDJARI, A. **Le nouveau rôle de l'État et la promotion de la régionalisation, de la décentralisation et de la déconcentration**, Séminaire sur le nouveau rôle de l'État dans la bonne gouvernance, octobre , Rabat, Maroc, 1999.

Artigo Recebido em 28/04/2003.

Aprovado em 20/04/2004.